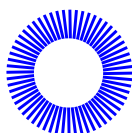


Afrodescendentes nos museus do México: uma tarefa inacabada

María Elisa
Velázquez Gutiérrez

Instituto Nacional de
Antropología e Historia (INAH)

México



Introdução

A pesquisa histórica sobre a importância das populações africanas e afrodescendentes no passado e no presente do México começou em meados do século XX com os estudos de Gonzalo Aguirre Beltrán (1948). Desde então, muitos trabalhos mostraram a importância desses milhares de pessoas em diversas atividades econômicas, sociais e culturais. Esses estudos enfatizaram suas contribuições políticas, por exemplo, no movimento insurgente e na Revolução Mexicana. Apesar de tudo isso, sua presença nos museus mexicanos ainda é uma tarefa pendente.

A invisibilização e a subestimação da importância das populações africanas e afrodescendentes estão presentes no México pelo menos desde meados do século XVIII. As ideias de “raças” e os argumentos pseudocientíficos que ganharam força com a influência do Iluminismo e dos chamados naturalistas da época contribuíram decisivamente para a negação dos grupos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade mexicana. O desenvolvimento da ideia de “mestiçagem” apenas entre indígenas e espanhóis – como se fossem grupos homogêneos – também foi decisivo para silenciar e apagar a participação e as contribuições das populações de origem africana na sociedade mexicana. Um exemplo disso é que a primeira *Historia antigua de México*, do jesuíta Francisco Javier Clavijero, de meados do século XVIII, não contemplava e até subestimava a chegada dos africanos na então Nova Espanha.

Posteriormente, o movimento de independência mexicana em 1810 proclamou várias vezes a abolição das diferenças de casta e, finalmente, a Constituição de 1824 e, mais tarde, a de 1917 reconheceram a igualdade de todos os mexicanos, sem diferenças de casta ou categoria. Entretanto, isso também contribuiu para a crescente negação desse grupo no passado e no presente do México.

O objetivo deste texto é mostrar resumidamente o progresso que foi feito no México no reconhecimento das populações afrodescendentes, de acordo com os marcos institucionais e legais, principalmente graças ao movimento social afro-mexicano, bem como a acadêmicos e instituições aliadas. Também é objetivo deste texto refletir sobre as iniciativas que foram tomadas para incluir os afro-mexicanos nos museus, como um espaço privilegiado para tornar visível sua participação e contribuições para a formação da sociedade mexicana em praticamente todas as regiões do país. Para tanto, é feito um relato das exposições temporárias realizadas e das características de esforços específicos de museus de sítio nas regiões da Costa Chica, em Guerrero e Oaxaca.

Por fim, são enfatizados os motivos pelos quais é essencial que a história e o presente dessas populações sejam incluídos em museus nacionais, regionais e locais, e até mesmo que seja criado um museu exclusivo para essas populações como uma iniciativa contra o racismo e a discriminação.



Estruturas e iniciativas internacionais e nacionais do movimento afro-mexicano para seu reconhecimento

Várias iniciativas internacionais foram fundamentais para tornar visível a importância da participação das populações afrodescendentes na construção de países no mundo, especialmente nas Américas. Uma delas foi a criação do projeto internacional “The Slave Route: Resistance, Freedom and Heritage” pela Unesco em 1994. Esse projeto foi iniciado pelo Haiti e por vários países africanos com o objetivo de “quebrar o silêncio” sobre os fatos que envolvem a escravidão, especialmente a escravidão transatlântica, e a participação econômica, social e cultural dos povos e comunidades afrodescendentes. Outro desenvolvimento importante foi a realização da Conferência de Durban em 2001, que exortou os estados-nação a tomar medidas concretas contra o racismo e a discriminação enfrentados por pessoas de ascendência africana em todo o mundo.

Da mesma forma, a promulgação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) pela ONU tem sido fundamental para instar os Estados membros a tomarem medidas legais, econômicas e sociais para melhorar as condições de vida dos afrodescendentes no mundo, especialmente de suas mulheres e jovens. Com o mote “Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento”, o programa da Década pede o reconhecimento da problemática vivida pelas pessoas de ascendência africana e a necessidade de realizar atividades concretas para reconhecer as questões relacionadas à escravidão, bem como tornar visível a participação das populações afrodescendentes na construção dos países e reformar as estruturas legais para que as pessoas de ascendência africana não enfrentem mais a discriminação e o racismo. A promulgação da Década Internacional dos Afrodescendentes dá ênfase especial à criação de conhecimento e à disseminação das contribuições das populações afrodescendentes por meio da educação.

Nesse sentido, os museus são espaços prioritários para esse fim e, portanto, é iminente que os museus latino-americanos, particularmente no México, incorporem em seus discursos curatoriais a participação e as contribuições dessas populações, que até poucos anos atrás têm sido subvalorizadas e silenciadas na configuração das sociedades latino-americanas.

Além das iniciativas internacionais, foram realizadas ações importantes no México para tornar visíveis as contribuições e tarefas das populações afrodescendentes no passado e no presente do país. Como já foi mencionado, a pesquisa histórica e antropológica de Gonzalo Aguirre Beltrán na década de 1950 foi fundamental para chamar a atenção para a questão. Em sua obra *La población negra de México (A população negra do México)*, Aguirre Beltrán apresentou números demográficos, as origens das pessoas escravizadas, as características da exploração e da sujeição à escravidão, bem como as possibilidades que várias delas tiveram de obter liberdade e melhores condições de vida. Outros estudos, especialmente nas duas últimas décadas, mostraram a importância econômica, social e cultural das pessoas africanas e afrodescendentes na construção do México. Por exemplo, apresentaram informações sobre sua participação em mineração, fazendas de cana-de-açúcar, construção de obras, criação de gado, bem como em várias atividades comerciais, de ofícios e de serviços nos lares da Nova Espanha. Nos últimos anos, as pesquisas também enfatizaram sua participação nos movimentos insurgentes e na Revolução Mexicana.

Algumas das certezas históricas que temos agora são que cerca de 250.000 pessoas chegaram do continente africano, em sua maioria escravizadas, que foram colocadas em diferentes regiões da então Nova Espanha; que houve uma intensa convivência e intercâmbio entre as populações de origem africana e os diferentes grupos indígenas e espanhóis; que havia possibilidades de obter a liberdade e que muitos afrodescendentes nasceram livres.



Também documentamos a complexidade das relações familiares e sociais no Vice-Reino da Nova Espanha, as mudanças significativas nas relações políticas e sociais no século XVIII, a chegada de concepções racistas em meados do século XVIII e o silêncio e o desprezo que existia por essas populações ao longo do século XIX no contexto da ideia de mestiçagem e da construção de um Estado-nação homogêneo. Sabemos que as populações afrodescendentes continuaram a fazer parte da sociedade mexicana e que outros povos de origem africana chegaram ao país, como os Mascogos em meados do século XIX, bem como afrodescendentes da América Central e do Caribe.¹

É importante observar que um dos seminários acadêmicos mais proeminentes do México surgiu no Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH) em 1997, ao mesmo tempo em que o Primeiro Encontro de Povos Negros foi realizado em El Ciruelo, Oaxaca, na região da Costa Chica, no Pacífico mexicano. O Encuentro de Pueblos Negros inaugurou uma importante luta das comunidades e dos povos afro-mexicanos por visibilidade e reconhecimento nas constituições federal e estaduais. Não é fortuito que esses dois espaços tenham nascido ao mesmo tempo e que tenham tido conexões e reflexões conjuntas ao longo do tempo, as quais, juntamente com outras iniciativas acadêmicas e sociais, deram forma ao que chamamos de movimento afro-mexicano. Deve-se observar que o movimento contou com a participação de instituições como o Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación, a Comisión Nacional de Derechos Humanos, o Instituto Nacional de Pueblos Indígenas, entre outras.

Algumas das principais demandas do movimento afro-mexicano desde o início foram o reconhecimento constitucional, uma pergunta de autodescrição para os

censos e a visibilidade da participação das populações afrodescendentes. Como já mencionado, um dos problemas mais graves enfrentados pelas populações afrodescendentes e pela sociedade mexicana em geral é a falta de conhecimento sobre a importância dessas populações no passado e no presente do México. A pergunta sobre a auto-descrição no censo intercensitário foi alcançada em 2015 e, no Censo Nacional de 2020, 2.576.213 pessoas no México se reconheceram como afro-mexicanas, negras ou afrodescendentes. Em agosto de 2019, o reconhecimento constitucional das comunidades e povos afro-mexicanos foi finalmente aceito com uma seção “C” no Artigo 2 da Constituição Mexicana. Apesar dessas importantes conquistas, a demanda por espaços museológicos que narrem e expliquem as experiências e a importância das populações de origem africana, que foi por pelo menos 20 anos uma das principais solicitações do movimento afro-mexicano, continua sendo uma tarefa em aberto.

Afrodescendentes nos museus do México

Até hoje, nenhum museu no México incluiu pessoas de origem africana em seus espaços museográficos. Nem os museus nacionais nem os regionais incorporam pessoas africanas e afrodescendentes em suas narrativas curatoriais. Parece que a história nacional e regional tem sido realizada sem a presença e a participação dessas populações. Isso ocorre apesar das diversas pesquisas históricas e contemporâneas realizadas sobre o assunto. No entanto, nos últimos 25 anos, houve algumas exposições temporárias, em sua maioria fotográficas, e dois museus locais na região de Costa Chica, em Guerrero, que são importantes de se observar.

Desde 1991, graças ao programa Nuestra Tercera Raíz (Nossa Terceira Raiz), que funcionou por vários anos no então Consejo Nacional de la Cultura, foram realizadas exposições no Museo Nacional de Culturas Populares na Cidade do México. Uma delas foi uma exposição

¹ Para obter mais informações sobre os avanços da pesquisa, consulte: Velázquez e Díaz Casas (2007) e Castañeda e Ruiz Guadalajara (2020).



fotográfica de Tony Gleaton; outra intitulada *Afroamérica*, com fotografias de vários artistas, e exposições gráficas explicando o comércio de pessoas escravizadas e a riqueza etnográfica de suas práticas e manifestações culturais. Em 1999, foi apresentada a exposição *Ébano* com fotos de Nicolás Triedo e, anos depois, em 2010, a exposição fotográfica *La santa negritud, la tercera raíz* com obras de diferentes expositores; em 2019, foi realizada uma exposição com o título *Merequetengue. El color de la Costa Chica*, que incorporou fotos, gráficos e amostras de grupos de artistas afro-mexicanos da Gráfica Cimarrón.

Em outros espaços do museu, também foram apresentadas exposições fotográficas, como em 2004 a chamada *Luces de raíz negra*, com fotos de Manuel González de la Parra em Veracruz; em 2011 uma com o título *México: el otro mestizaje*, com fotos de Franco Courtel, Manuel González de la Parra e Sandra Ryvlin, organizada pelo Instituto de Investigaciones para el Desarrollo (França) e pelo INAH. Em 2017, uma exposição de obras do Brasil e do México com fotos de Januário Garcia e José Luis Martínez Maldonado foi apresentada no Museo Nacional de las Culturas del Mundo do INAH. Também em 2018, foi organizada uma exposição temporária no Centro de la Imagen (Cidade do México) e no Museo Amparo (Puebla) intitulada *Africamericanos*, com trabalhos de fotógrafos conhecidos e jovens, bem como instalações visuais de artistas. O Programa Nacional de Pesquisa sobre Afrodescendentes e Diversidade Cultural do INAH realizou várias exposições de fotografia, como *Lo de Candela* (2012), *Tres por tres: Afromexicanos en Guerrero, Veracruz y Coahuila* (2015) e *Danza o juego de los diablos: comunidades afromexicanas de la Costa Chica de Guerrero y Oaxaca* (2022). Essas exposições temporárias foram apresentadas em vários locais nacionais e internacionais. Também é importante observar que os roteiros foram propostos para exposições em

diferentes locais, incluindo o Museo Histórico de Acapulco e o Museo Nacional del Virreinato, ambos do INAH.

Além dessas exposições, em sua maioria fotográficas, foram feitas tentativas de incluir nos discursos museográficos de alguns museus elementos relacionados à participação das populações africanas e afrodescendentes no México. Por exemplo, no museu municipal da cidade de Veracruz, na década de 1990, havia uma maquete na qual eram reproduzidos os espaços de trabalho e do cotidiano de pessoas de origem africana. No Museo Nacional del Virreinato, INAH, duas fichas se referem a essas populações; no Museo Nacional de Historia, INAH, algumas fichas também se referem à sua presença na Nova Espanha; no Museo Nacional de Antropología havia algumas referências no espaço dedicado aos povos indígenas do sul do México, e no Museo de Sitio de Palmillas em Yanga, Veracruz, INAH, alguns objetos dedicados ao assunto estão expostos, em particular à rebelião do líder da etnia cimarrón Yanga.

Deve-se observar que há dois museus na Costa Chica de Guerrero dedicados à população de origem africana. Um deles é o Museo de las Culturas Afromestizas Vicente Guerrero Saldaña, que foi criado por iniciativa do programa Nuestra Tercera Raíz em 1999, da Presidência Municipal de Cuajinicuilapa, Guerrero, e de um grupo de pessoas que funcionam como um conselho de curadores. Durante várias décadas, esse museu foi o único dedicado a esse tema e, ao longo dos anos, passou por várias restaurações. É um museu pequeno que aborda o assunto a partir de uma perspectiva geral sobre a história das populações de origem africana no México, dedicando mais atenção à região. Geralmente é visitado por turistas, mas também por estudantes, professores e o público local. Em 2017, um museu de sítio foi inaugurado na cidade de Huehuetán por iniciativa da Fundación Petra Morga, A.C., que também está interessada em aumentar a conscientização sobre a importância dessas populações de uma perspectiva mais local, especialmente a da



família Morga. Por fim, é importante destacar a iniciativa da comunidade negra Mascogos em El Nacimiento, Múzquiz, Coahuila, com um pequeno espaço de exposição comunitária que explica a história dos Mascogos de El Nacimiento.

Apenas recentemente e dois anos antes do fim da Década dos Afrodescendentes (2015-2024), alguns resultados estão começando a surgir. Um deles é a criação de um museu virtual sobre o tema pelo Programa Nacional de Investigación Afrodescendientes y Diversidad Cultural do INAH e Memórica. Essa exposição virtual, que pode ser consultada na Internet por meio de um telefone celular, é intitulada *Afrodescendientes en México. Pasado y presente* e contém vários temas históricos e contemporâneos com gráficos, mapas, pinturas, esculturas, fotografias e textos que oferecem um passeio simples e divertido pela importância dessas populações no México. Além disso, recentemente, em 2022, o Museo Regional de Guerrero do INAH incorporou dados e informações sobre pessoas de ascendência africana no livreto; é especialmente importante, por exemplo, que eles indiquem pela primeira vez que o líder insurgente Vicente Guerrero, o segundo presidente do México, era de ascendência africana. Além disso, em dezembro de 2022, uma exposição temporária sobre os afrodescendentes no México foi adicionada ao Fuerte de San Juan de Ulúa, enfatizando sua importância na história de Veracruz.

Em suma, houve progresso, mas é urgente que, antes do final da Década Internacional de Afrodescendentes, o México cumpra a tarefa pendente de incorporar informações sobre a participação de pessoas de origem africana na construção do México em museus nacionais, regionais e locais, e até mesmo considerar a criação de um museu sobre o tópico. Essa é uma dívida histórica, mas também é uma ferramenta indispensável na luta contra o racismo e a discriminação.



Bibliografía

Aguirre Beltrán, G. (1948). *La población negra de México*. 2.ª edición. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

Castañeda, R. e Ruiz Guadalajara, J. C. (coords.) (2020). *Africanos y afrodescendientes en la América hispánica septentrional*. Volumes 1 e 2. Cidade do México: El Colegio de San Luis/Red Columnaria.

Velázquez, M. E. e Díaz Casas, M. C. (2007). Afro-Mexican studies: a historiographical and anthropological review. *Tabula Rasa*, 27: 221-248.